

As vantagens financeiras

BRASÍLIA — Taxas de risco mais baixas que as obtidas em acordos anteriores e que reduzem os encargos da dívida, o reescalonamento de 94% da dívida brasileira de médio e longo prazo com os bancos comerciais por um período de 20 anos, com oito de carência, e o refinanciamento dos juros fixados em 5,8 bilhões de dólares (dos quais 5,2 bilhões de dólares se referem a recursos de longo prazo e 600 milhões são destinados à recomposição das linhas de curso prazo) são os principais pontos financeiros do acordo preliminar fechado ontem entre o Brasil e o Comitê Assessor dos Bancos Credores.

Esses aspectos, os primeiros a serem fechados, ainda no início do ano, indicam que, também do ponto de vista financeiro, o acordo foi negociado em condições favoráveis para o Brasil, segundo o Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. São os seguintes os itens financeiros do acordo.

Taxas de juros — Passam a ser cobrada, as taxas preferenciais cobradas pelo mercado europeu, a "Libor". O pagamento dos juros passa para o regime de semestralidade — era trimestral.

O acordo também prevê um "spread" (taxa de risco cobrada além dos juros normais

de mercado) mais baixo do que o negociado em outros acordos: 0,8125% sobre a Libor, a mesma taxa obtida pelo governo mexicano.

"Carve-out" — Trata-se de uma novidade para os acordos com o Brasil, segundo o qual a incidência do "spread" menor é retroativa a 1º de janeiro de 1988 para os depósitos no Banco Central e a partir de 1º de Janeiro de 1989, para toda a dívida do setor público. Esse mecanismo permitirá uma economia de pagamento de juros, este ano, de 300 milhões de dólares.

Reescalonamento — A dívida vencida e por vencer entre 1987 e 1993 foi reescalonado por um período de 20 anos, com oito de carência, e cobrirá 94% da dívida brasileira de médio e longo prazo com os bancos comerciais, no valor de 63,6 bilhões de dólares.

Recursos novos — Foi acertado o refinanciamento de 5,8 bilhões de dólares, para o pagamento de juros vencidos, e não para aplicação em novos investimentos com o primeiro desembolso previsto para outubro. O prazo para amortização dos novos empréstimos é de 12 anos com cinco de carência.